

Price prevê retaliação de bancos depois de junho

MONICA MAGNAVITA

O Governo brasileiro que não se iluda: a ausência de retaliações dos bancos credores americanos até o momento, diante da suspensão da remessa de juros, está com os dias contados. O prazo que eles tecnicamente podem dar ao Brasil deve terminar em junho, época em que começa a se comprimir toda a margem de manobra nos balanços contábeis. A partir daí eles serão pressionados pela legislação financeira americana a fim de reconhecerem perdas sobre o principal da dívida em seus balanços de 31 de dezembro de 1986.

As conclusões são do sócio-diretor da Price Waterhouse, Alberto Martins, com base nos procedimentos definidos pelo **Interagency Country Exposure Review (Icerc)**, entidade da qual faz parte o **Federal Reserve** (o Banco Central americano). São eles: incapacidade continuada do devedor de efetuar os pagamentos da dívida externa, caracterizada por atrasos nos pagamentos dos juros por mais de seis meses, e descumprimento de programas de ajustamento da economia ditados pelo FMI. Ou ainda a inexistência de perspectivas para restauração ordenada do pagamento dos juros da dívida externa.

Os bancos só estão neste compasso de espera porque as normas financeiras americanas permitem. Mas se o Brasil deixar de pagar os juros por seis meses estas instituições seriam obrigadas a constituir Reservas para Riscos de Transferências. A partir daí, o **Icerc**, que inclui ainda a Secretaria do Tesouro, estabelece o percentual para o risco de transferência que eles vão considerar como perda.

O caso brasileiro tem afinidades com o do Peru, e o Governo já deixou claro de que almeja saídas semelhantes às daquele país. A título de curiosidade, o Peru teve 30 por cento da sua dívida lançada como perda (loss). Isso faz parte do que Martins chamou de "último round", quando os bancos já teriam passado da etapa de suspensão do reconhecimento das receitas dos juros, **nom accrual status**, para lançar este dinheiro como temporariamente perdido.

— Se os credores tivessem que chegar até este ponto com o Brasil, eles poderiam optar por exercerem todo o seu significativo poder de pressão interna e externa. E estas pressões deixariam os ambientes financeiros para se concentrarem nas esferas governamentais, transformadas em investidas políticas — concluiu.

Mas tanto os bancos como o Governo americano têm muito a perder com esta radicalização. Os Estados Unidos enfrentam um déficit comercial de cerca de US\$ 130 bilhões, que só poderá ser aliviado mediante a capitalização dos países em desenvolvimento. Isso viabilizaria um aumento de demanda nestas nações e uma correlata elevação das importações.

Alberto Martins vê afinidades entre o caso brasileiro e o Peru, que teve 30% de sua dívida lançada como perda

Martins prefere não discutir as razões da flexibilidade americana, mas garante:

— Apesar de tudo, há boa vontade tanto por parte dos banqueiros quanto pelo próprio Congresso americano. Mas é preciso que o Governo brasileiro acompanhe o ambiente organizacional dos bancos para ver que margem de ação legal eles teriam em função de suas propostas — avisou Martins.

Um dos sintomas desse esforço, reside na tentativa de atenuar o rigor de certas normas para resolver a questão brasileira que permitiria, por exemplo, a mudança de regras no diferimento de perdas, ou mesmo

no reconhecimento dos juros. Além disso, Martins garantiu que sabe por fontes seguras que há estudos encaminhados ao Congresso sobre os efeitos da conversão de parte da dívida brasileira em ações.

Há interesse, segundo ele, em não reconhecer o valor de mercado desses papéis, mas o valor intrínseco. Por isso, se a idéia de conversão da dívida for levada adiante, mesmo que o preço de mercado de uma ação esteja em cerca de Cz\$ 70 os americanos parecem estar dispostos a pagar o valor real da ação que poderia ser, por exemplo, de Cz\$ 100. Com isso, o Governo poderia negociar parte da sua dívida com uma diferença positiva para o Brasil.

Os bancos credores estão tão interessados quanto o País para encontrar soluções para o caso brasileiro. A tendência dentro do Congresso americano, segundo Martins, não deixa dúvidas de que os esforços não serão medidos para se chegar a um consenso final. O último boletim do FMI relativo ao mês de março traz observações de parlamentares americanos no sentido de que muitos dos problemas comerciais dos EUA estavam resolvidos mediante o crescimento dos países em desenvolvimento. Por isso defendiam um alongamento dos prazos de vencimento da dívida e um alívio da carga dos juros remetidos pelas nações do terceiro mundo aos países industrializados.

QUANTO PODEM PERDER OS CREDORES DOS EUA

Estimativas máximas de perdas calculadas sobre uma **libor** de oito por cento e com uma **ATTR** de 10%

	Perda max.				
	Juros	receita 87	%lucro 86	US\$milhões	Lucro86
Citicorp.....	998	368	37	460	46
Bank of America .	(337)	218	65	272	81
Chase Manhattan .	565	224	40	280	50
J P Morgan.....	705	152	22	190	27
Manufac.Hanover.	408	176	43	220	54
Security Pacific....	323	55	17	69	21
Chemical.....	390	114	29	142	36
Bankers Trust.....	371	70	19	88	24
First Interstate	313	40	13	50	16
Wells Fargo	190	-50	26	62	33

A perda máxima de receita foi calculada com base no não reconhecimento das receitas futuras e das receitas anteriores, que foram apropriadas mas não recebidas. As duas últimas colunas foram feitas com base em 10 por cento da **ATTR**, ou seja, demonstram os resultados no caso de 10% da dívida brasileira serem lançados como perda.

OS MAUS PAGADORES

Perdas lançadas nos balanços dos credores em 31 de dezembro de 1986 sobre os **country risks** que não estavam sendo honrados

Pais	% da reserva (ATTR) em relação aos empréstimos
Sudão	90
Nicarágua.....	85
Zaire.....	75
Bolívia.....	50
Polônia.....	45
Libéria.....	40
Peru.....	30